

“Presos na teoria errada”
entre mulheres, “bofinhos” e homens trans

*“trapped in the wrong theory”: between women,
“bofinhos” and trans men*

Francisco Cleiton Vieira Silva do Rego

*Bolsista CAPES
cleiton.vsr@gmail.com.*

02

Resumo

Este artigo busca refletir sobre a aplicação de certas categorias na conformação de teorias que estabelecem um paralelo entre mulheres lésbicas e homens transexuais. Partindo da confrontação das experiências vividas de homens trans de diferentes origens, e o uso indiscriminado das noções de masculinidades hegemônicas e masculinidades femininas, o texto constrói uma crítica a construção teórica sobre o outro. Baseia-se aqui em pesquisa de campo etnográfica realizada nos anos de 2014 a 2015, na qual se realizou observação participante em núcleos de ativismo trans e entrevistas em profundidade. Por meio da incursão teórica e da análise das trajetórias dos interlocutores percebe-se que tal conjunção experiencial impede a apresentação diferencial das vidas (e mesmo dos corpos) tanto de homens trans como de mulheres lésbicas, e se firma no primado de uma naturalização de conceitos sociologicamente construídos.

Palavras-chave: masculinidades, teoria crítica, homens trans, mulheres lésbicas, estudos trans.

Abstract

This article seeks to reflect on an application of certain concepts in the conformation of theories that make a parallel between lesbian women and transsexual men. Starting from the confrontation of the lived experiences of trans men of different origins, and the indiscriminate use of the notions of hegemonic masculinities and feminine masculinities, the text constructs a critique to the theoretical construction on the other. It is based on ethnographic fieldwork research conducted from 2014 to 2015, in which participatory observation was carried out in trans activism unions with in-depth interviews. By means of the theoretical incursion and the analysis of the trajectories of the interlocutors, this work perceived that such an experiential conjunction prevents a differential presentation of the lives (and even of the bodies)

of both trans men and lesbian women, what produce a naturalization of sociologically built concepts.

Key words: masculinities, critical theory, trans men, lesbian women, trans studies.

Introdução¹

Ao se aproximar concretamente das vidas da população trans como espaço de construção de questões objetivas à ciência social - ou à reflexão crítica -, esse texto pretende discutir certos enquadramentos conceituais com os quais me confrontei no curso de minha pesquisa sobre transição de gênero de homens transexuais, referentes às noções de “masculinidades femininas” e “masculinidades hegemônicas” postos à baila para pensar teoricamente essas experiências trans. Para tanto, partirei de um exercício em antropologia que pense a inquietação que os diferentes interlocutores à pesquisa me proporcionaram. Questões que poderiam ser delineadas como: “que tipos de teorias estão sendo produzidas a esse respeito?”; “por que há uma preocupação exacerbada com produção da masculinidade?”; “por que se focaliza tanto em dizer que são mulheres que ‘viraram’ homens, sendo que nunca as foram?”.

¹ Esse trabalho se trata de uma versão revisada e ampliada de parte do segundo capítulo da minha dissertação de mestrado defendida no âmbito do PPGAS/UFRN sob o título "Viver e esperar viver: corpo e identidade na transição de gênero de homens trans" (2015), à luz de novas considerações a respeito da construção de uma teoria crítica e dos estudos trans, mesmo que isso não desloque o texto de seu contexto primeiro. A pesquisa foi realizada entre os anos de 2014-2015 sob o financiamento, na forma de uma bolsa de mestrado, pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) com o suporte do Departamento de Antropologia, da UFRN. Agradeço a minha orientadora Profa. Dra. Rozeli Porto, pelo rico aprendizado. Também sou grato aos pareceristas anônimos deste periódico, bem como a leitura do original feita por Paulo Gomes Filho e Arthur Costa Novo. Contudo, o texto mantém-se sob minha responsabilidade.

O presente artigo e minha pesquisa estão interessados na dimensão que se refere as transexualidades, às experiências nela situadas e às suas circunscritas relações de saber-poder e resistência. Ainda assim, elas não compõem a única vivência/expressão das mudanças de gênero (CONNELL, 2012) e identidades e vidas trans - travestis, mulheres trans ou transexuais, pessoas não-binárias, entre outros, são posições de sujeitos e trajetórias presentes. Mesmo considerando que o termo “transexual” é cunhado e usado amplamente num contexto de medicalização e patologização desde as ciências-psi, optou-se por fazer uso dele porque corresponde às experiências dos homens trans que compuseram o presente estudo. Eles se apropriam desse termo para transformá-lo em categoria despatologizada que explica os conflitos sociais e o ordenamento simbólico que vivenciam. No mesmo passo que constroem criativamente a categoria cisgênero² para se referir a não-transexuais, como eu.

A isso cabe enfatizar ainda algumas coisas. Não se pretende aqui definir quem é um “homem trans” ou “transexual”; não se busca fomentar uma categoria ao apontar autores que estariam equivocados, mas ir ao centro de noções utilizadas para realizar a aproximação, quase de espécie, entre homens trans e mulheres lésbicas. Com isso, é sempre necessário observar a existência de uma multiplicidade de experiências trans (cf. BENTO, 2006; TEIXEIRA, 2009). E, que ao se referir a si mesmo de modo não-patologizado e lutar pela despatologização das identidades trans não implica uma rejeição ao cuidado em saúde, mas

² Categoria fermentada no interior do ativismo trans e alçada à teoria social, que denota alguém de correspondência entre sua forma de se colocar no mundo como homem ou mulher e sua classificação ao nascimento. Isto é, pessoas que não são transgêneras ou transexuais (AULTMAN, 2014). O termo cisgênero e uma forma de nomear a circunscrição da não-transexualidade, cisgeneridade, podem ser vistos como reapropriações teóricas (e ativistas) de diferentes noções presentes nos debates médico-psi, como a relação entre as noções de cissexualidade e transexualidade empreendida na sexologia e psiquiatria alemãs (REGO, 2015).

ao caráter de doença que age na desumanização de formas dissidentes de viver o gênero³ no âmbito da diversidade humana, e que se estabelece sob normas sociais e interesses político-econômicos para ditar o gênero são e o doente, patológico.

A pesquisa na qual esse artigo se baseia deteve um escopo antropológico e etnográfico. Ao levá-la a cabo durante meu mestrado em antropologia social, realizei, entre os anos de 2014 e 2015, observação participante de atividades pessoais e coletivas de grupos de ativistas e não-ativistas trans em diferentes cidades do Brasil⁴. Seguiu-se a isso o uso de entrevistas em profundidade com quinze homens trans, além da interação com diversos outros em espaços de recreação e ativismo LGBT, principalmente nas regiões Nordeste e Sudeste. Não acessei serviços de saúde *in situ*, nem entrevistei ou observei atividades de profissionais de saúde, muito embora tais ambientes, cuidados e profissionais tenham surgido nas narrativas e atividades observadas e construídas via entrevistas. Metodologicamente iniciei a pesquisa e obtive acesso a interlocutores a partir de minha rede social de amigos e familiares,

³ Entende-se aqui “gênero” como o “aparato mesmo de produção mediante o qual os sexos são estabelecidos”, de modo que “ele também é um meio discursivo pelo qual “a natureza sexuada” ou um “sexo natural” é produzido e estabelecido como pré-discursivo (BUTLER, 2003a, p. 25). Ele se inscreve por meio de relações sociais como um classificador/produtor operante (STRATHERN, 2006) em toda a esfera da vida.

⁴ Seguindo as recomendações de Claudia Fonseca (2010) sobre a necessidade do anonimato na pesquisa antropológica feita “em casa”, não nomearei, ao longo do texto, as cidades de onde provêm os interlocutores, mas apenas sua região geopolítica (nordeste, centro-oeste, etc.), buscando, assim, embaralhar esse e outros dados dos colaboradores, no intento preservar suas identificações. Os encontros com eles foram realizados quando de atividades ativistas e na observação cotidiana *in loco* entre Natal/RN, Mossoró/RN e São Paulo/SP.

utilizando-me da “técnica de bola de neve” ou “técnica de rede” (BOTT, 1976)⁵, procurando chegar às experiências pelos próprios sujeitos.

Meu interesse estava em entender e descrever como homens trans vivenciavam suas transições de gênero em meio a entrada na categoria homem, bem como suas formas de lidar com exclusões de diferentes tipos, principalmente as relativas ao emprego, acesso ao cuidado em saúde, mudanças corporais e inserções identitárias (REGO, 2015). No trabalho que correspondeu ao levantamento e leitura de produções sobre transexualidade, principalmente das Ciências Sociais e Humanas, me deparei com uma variedade de trabalhos que colocavam no mesmo nível de análise interpretações sobre homens trans e mulheres lésbicas. Esse exercício culminava, deliberadamente ou não, numa mesma circunscrição sociológica e experiencial de ambos os sujeitos que impedia a concepção diferencial de suas vidas.

Com isso, o presente artigo ao confrontar tais abordagens teóricas a respeito dos homens trans busca reexaminá-las a luz das experiências concretas desses sujeitos. Transcorro, portanto, de um modo duplo, numa incursão teórica e a partir da observação participante característica do método etnográfico em antropologia. Logo, cabe situar o debate no qual se insere este texto.

Situando o debate

Até 2014, quando iniciei a minha pesquisa (REGO, 2015) sobre as experiências de homens trans não havia uma grande variedade publicada de dissertações ou teses na antropologia, principalmente. Os trabalhos a respeito eram breves e esparsos à época. As publicações na área de humanidades e sociais até recentemente se dedicavam a problematizar a dimensão identitária ou o caráter patológico construído sobre os sujeitos transexuais, principalmente suas relações com as instituições

⁵ A técnica de bola de neve (ou "de rede") se refere a uma estratégia de pesquisa, muito interessante de ser aplicada em antropologia, que consiste em reunir colaboradores a partir da indicação deles mesmos entre si (BOTT, 1976).

de saúde e de justiça. Majoritariamente demonstrando o funcionamento de todo esse sistema. Mesmo sem especificar homens ou mulheres, a maioria dos trabalhos acabavam por situar as mulheres trans como a maioria dos sujeitos considerados. Seja sobre transexuais e travestis, ou somente sobre transexuais, as mulheres trans se destacam, o que tenciona e demonstra a necessidade de maiores inferências acerca das particularidades das vivências de homens trans. Na verdade, segundo Raewyn Connell (2012) há um verdadeiro escrutínio realizado sobre elas em diferentes partes do mundo.

No exterior o cenário era um pouco diferente. Desde os anos de 1990 o eixo Europa-EUA abarca uma produção sobre as transexualidades masculinas que compreende um âmbito mais abrangente que o brasileiro (HALBERSTAM, 1998, 2003; RUBIN, 2003; CROMWELL, 2006; GREEN, 2004; NOBLE, 2004). No entanto, seu trato ainda é desigual relacionado ao foco sobremaneira direcionado às mulheres trans ou à alguma espécie de dimensão de mulher/feminilidade nas experiências transexuais (CONNELL, 2012; HINES, 2010). Pode-se notar, segundo Raewyn Connell (2012), que isso se deve, em grande medida, com a figura da mulher trans ou travesti ter se tornado um baluarte para problematizar a construção e manutenção da ordem de gênero no feminismo e “estudos trans”. Paradoxalmente, parte dos estudos estadunidenses iniciais que, de alguma maneira, chegaram a considerar experiências entre homens trans, seja definindo-os como *female-to-male transsexuals* ou *transmen*, o fizeram aproximando-os às mulheres lésbicas em um quadro de “masculinidades femininas” – noção entronizada com a categoria de Judith Halberstam (2008).

Nos EUA, a aproximação entre mulheres lésbicas masculinas e homens trans foi tomada de maneira negativa pelos ativistas, desde a década de 1990. O que levou Halberstam (1998) a defender não haver um *continuum* masculino entre mulheres lésbicas e homens trans ao tomar as críticas de coletivos trans acerca de um artigo que publicara antes no qual inferia tal aproximação. Mesmo com o delineamento da não existência dessa progressão, em trabalhos posteriores o autor irá man-

tê-los (homens trans e mulheres masculinas) unidos em um arcabouço de “masculinidades femininas”. No Brasil, este paralelo foi retomado por publicações recentes, artigos e teses. O que implica a sua problematização através do exame do conceito à luz das experiências de campo.

O que significa um exame de uma teoria com seus conceitos, e linhas de pensamento? Partindo de uma discussão antropológica, disciplina segundo alguns científica, para outros, mais artística (PEIRANO, 2014), cumpre refletir epistemologicamente o uso de categorias diante de pessoas de carne e osso, e não de uma subsunção dessas espremidas em tubos analíticos. Algo que a antropologia tem de mais consolidado atualmente em seu panorama disciplinar. Não no sentido de repetir apenas o de mais imediato expresso pelos atores, mas de partir dessa expressão e da relação com ela para formular teorias próprias ao conhecimento etnográfico (MALIGHETTI, 2004). Aprendemos nos cursos de antropologia que o campo informa a teoria, assim como a teoria (consolidada) é o lugar de onde o pesquisador deve partir, tencionando os limites de sua envergadura. Assim, os conceitos que atuam no interior dessas teorias são parte importante de qualquer escrutínio analítico, parte inconfundível posterior ao levantamento bibliográfico e à pesquisa de campo propriamente dita, muito embora não seja a mesma coisa que o vivido (GOLDMAN, 2006).

Esse exercício é seguido por uma série de autores como Berenice Bento (2006), e Henri Rubin (2003), quando de um exame pormenorizado das grandes teorias médico-psi que participaram da construção, ocidental, da transexualidade como categoria médica. Mas, ao contrário disso, me detenho a seguir em algumas reflexões, de caráter internacional e nacional, que tomam os sujeitos trans e suas experiências transexuais a partir da produção em humanidades, e não nos meandros de classificação médico-psi, seja de cuidado ou de patologização.

Masculinidades femininas

A discussão sobre masculinidade é um carro chefe no trabalho de Simone Ávila (2014), a primeira tese de doutorado no campo das

humanidades sobre homens trans no Brasil e, que leva análises biográficas trans, acesso à saúde, identidade, e mídias digitais. Nesse sentido, sua escrita está permeada pela categoria *female masculinity*, de Judith Halberstam (1998, 2008, 2011), estabelecendo relações entre essa noção e as masculinidades vivenciadas por homens trans – ao que chama de transmasculinidade e trans homens. A autora ecoa trabalhos também de Marie-Hélène Bourcier e Pascale Molinier (2008) – esses últimos também estabelecem esses sujeitos no mesmo bloco fenomênico. Ávila (2014, p. 21) busca mostrar, em suas próprias palavras: “a emergência de ‘novas’ identidades trans” no Brasil, a saber, especificamente, as que se referem aos homens trans.

Evocando *Masculinities*, de Raewyn Connell (1998), Ávila parte da masculinidade para chegar ao homem trans e, desta forma, pode acabar por deixar produzir certa marginalidade para o “homem” em sua equação analítica. Por considerar que Connell lhe é insuficiente para tratar de seu objeto de estudo, recorre às “masculinidades femininas”, de Halberstam (2008), o que resulta em uma representação que coloca “transhomens” ao lado de mulheres. A autora assevera que:

Reeser é a mesma que a minha: “O que significa masculinidade quando assumimos que a masculinidade e os homens não estão diretamente relacionados?”. O que dizer das masculinidades produzidas por transhomens? Qual é o seu desejo de masculinidade? (ÁVILA, 2014, p. 36).

Nesse sentido, a ideia de que homens trans, aqui transexuais, vivenciariam masculinidades marginais⁶, é unida por Ávila ao conceito

⁶ Segundo Raewyn Connell (1998), ao invés de uma masculinidade no singular haveria uma relação entre várias masculinidades, de modo que alguma assumiria uma hegemonia (a exemplo da perspectiva gramsciana) sob outras formas do masculino. Nessa relação, haveria masculinidades subalternas que retroalimentariam aquela que deteria um poder central, e que por isso não seria absoluta.

de masculinidades femininas delineado nos termos de Halberstam (2008). Segue-se a isso, ainda, argumentos que estabelecem não haver uma continuação entre mulheres lésbicas masculinas e homens trans.

Contudo, quero chamar à atenção que essa consideração não pode ser suficiente para se afastar do espectro “masculinidade sem homens” que é produzido quando se enquadra tanto a população trans como a de mulheres cisgêneras como estando abarcados/as nos mesmo conceitos de masculinidades (marginal e feminina). Assim, fica posto que a pretensão de sua universalização encontra dificuldades que não se resolvem com uma pequena adaptação ou nota de rodapé para ressalvas.

Ao se definir mulheres lésbicas como aquelas que vivem a masculinidade de forma “lúdica” (masculinidade feminina) e os homens trans como aqueles que desejam “realmente” um novo corpo, como o faz Halberstam (1998), a tentativa de separar esses dois meandros da vida social quanto ao gênero não encontra uma reverberação teórica que nos capacite para descrever minimamente a vida concreta. Mesmo quando da tentativa dessa separação, se ignora a própria contradição de Halberstam (2008) que estabelece a figura da *stone butch* como um “estágio” transitório, dentro do contínuo outrora negado, a caminho da figura do homem trans. Citando a entrevista de Heather Findlay, conhecida por ser lésbica ativista, na qual ela afirma estar considerando iniciar a transição de gênero para viver como homem trans, o autor diz:

Stone butch pode ser vista como uma categoria de concessão, um esforço de última hora para manter a masculinidade dentro da “incorporação” [*embodiment*] feminina. A expectativa, claro, é que tal esforço falhará, e a *stone butch* se tornará totalmente funcional uma vez que ela caminhará em direção a transição para a masculinidade transexual (HALBERSTAM, 1998, p. 295, tradução nossa).

Parece haver no conceito de Halberstam (1998, 2008) um foco irradiador de justificativas para a legitimação de homens trans que

tomados, comumente, apenas por suas masculinidades, são validados pelo esforço teórico desse autor em ter dado aos atributos do masculino um deslocamento da figura do homem. Ora, é justamente a essa figura que os homens trans se direcionam a despeito de quais masculinidades vivenciem. Contudo, essa espécie de validação também acontece quando esse ou aquele autor, ao trazer experiências transexuais de homens que se utilizam de testosterona sintética, colocam que fora demonstrado que a masculinidade não é exclusividade do homem – podendo haver “masculinidades entre mulheres”, e entre homens trans. Tal sutileza é potente em agir na conformação desse paralelo.

Ao citar os conceitos de Halberstam (1998) como acepções importantes para entender a experiência transexual masculina, Jamison Green (2005) desconsidera o próprio trabalho no qual é perceptível que seus interlocutores se preocupam não em serem percebidos como menos masculinos, mas como sendo menos homens. Mesmo diante deste campo, o autor continua a afirmar que os “*FTM*”, como chama os homens trans, acoplariam tanto aspectos femininos quanto masculinos, pois teriam a capacidade de integrar o feminino a suas experiências sem se sentir ameaçados. Ora, homens cisgêneros (não trans), também não o fariam? E quanto a homens heterossexuais feminizados? Ou seus pares *gays*? Será se a equivalência sinônímica entre “homem” e “masculinidade” ou “masculino” se mantém?

As masculinidades femininas para Halberstam (2008) têm se tratado de uma forma particular de viver o gênero. Num esforço de deslocar a demonização desta matéria quando acionada por mulheres lésbicas, o autor demonstra que ela esteve presente como uma variável constante nos séculos XX e XXI na identificação desses sujeitos. Afere que: “às vezes, a masculinidade feminina pode ser descrita como uma subdivisão das culturas “macho”, às vezes, como imitação destas e, às vezes, como uma variante potente com sua própria lógica” (HALBERSTAM, 2008, p. 10, tradução nossa). Partindo do conceito de “patriarcado”, o autor estabelece que a masculinidade em si é difundida a partir de um sistema patriarcal, mesmo que relações de raça, classe e

sexo possam dispersar esse modo de poder. É nesse circuito que o autor coloca meninas chamadas de *tomboys* – crianças masculinas, deixando dúvida a identificação pública de seu gênero – como mulheres masculinas, próprias de uma desestabilização que conciliaria um excesso de supremacia viril, rebelião social, alteridade sexual e uma espécie de variação heterossexual. Logo, caberiam a estas masculinidades serem explicativas a toda uma gama de sujeitos que vivenciam suas experiências como homens transexuais? E, ainda mais, deslocadas de outros marcadores sociais, como classe, raça e lugar de origem?

Mais recentemente, Jean Noble (2004) ao resgatar Halberstam em seu *Masculinity without men? Female Masculinity in Twentieth-Century Fictions*, argumenta mais que a masculinidade feminina se referiria a uma gama de posições subjetivas que compreenderia teoricamente *drag kings*, *butch*, *female-to-male* ou homens trans e a *stone butch*. Para a autora, mesmo sendo contraditórias entre si, essas posições permaneceriam femininas ainda que masculinas. Entretanto, como não observar esse exercício como aquele que coloca sob a égide do sexo natural todos esses marcadores, experiências ou identidades? Contraditoriamente, Noble critica o empreendimento de Halberstam por esse privilegiar a masculinidade feminina em detrimento de outras, mantendo, por isso, uma limitação do gênero ao corpo. No entanto, quero manejar essas críticas em outra direção e assertoar que a “masculinidade feminina” está marcada por um corpo específico: o de uma mulher não trans; e por uma sexualidade: a lésbica – a despeito do píffio lembrete de Halberstam que haveria mulheres masculinas heterossexuais e a respeito da supremacia do corpo como substância da categoria mulher ou homem remanescente às suas lógicas teóricas.

Cabe, com isso, de caminhar para pôr em evidência que a feminilidade, a mulheridade, a figura do homem e a masculinidade são construtos partes do mundo humano-social, que é, como sistematiza Alípio de Souza Filho (2007, p. 3, ênfase do autor), “em toda sua diversidade e em todos os seus aspectos, [...] produto de *construção* humana, cultural e histórica”. Essa consideração não esquece ou não deixa de contemplar

que todos os indivíduos, conquanto socialmente formulados e entidades fenomênicas diversas, lidam com as unidades culturais e sociais produzidas sobre, sob e na configuração de seus corpos e de suas relações que em nada são pré-discursivas.

Experiências vividas

As experiências de diferentes homens transexuais contestam a aproximação analítica, teórica ou descritiva entre eles e mulheres lésbicas quando de uma chave irredutível, e se afastam de qualquer noção de terceiro sexo ou gênero – como Green (2005) tenta indicar –, inclusive de campo privilegiado entre o feminino e o masculino (REGO, 2015). Nesse sentido, cabe um intercuro entre as locuções e construções identitárias, biográficas e sociológicas de alguns dos homens trans interlocutores.

Enquanto Rodrigo⁷ (18 anos), um dos interlocutores entrevistados durante a pesquisa, ao me falar sobre os primeiros contatos que tivera com o tema da transexualidade que poderia se lembrar, acaba por situar a própria identidade a partir do momento no qual conhecera outro homem trans. Universitário, ainda no primeiro ano do seu curso superior, ele também faz parte de grupos de ativismo trans na sua cidade no Nordeste – ocasiões essas entre as quais o conheci. Tendo sido “apresentado à transexualidade”, como me coloca, toma esse momento como importante à possibilidade de “se entender melhor”. Ele mostra que todo esse processo de se “aceitar como homem trans”, que “mudou sua vida”, teve por princípio expulsar e superar as identidades e corpos de lésbica e mulher que anteriormente intentaram lhe impor e aos quais tentou se enquadrar. Rodrigo narra como vivenciou o que poderia

⁷ Todos os nomes próprios dos interlocutores aqui citados são fictícios e elencados para esse trabalho; na maioria dos casos foram escolhidos pelos próprios sujeitos. Segue-se com isso as recomendações de Fonseca (2010), já anunciadas aqui, para garantir o anonimato das pessoas. Cabe salientar que todos os homens trans aqui citados são provenientes de classes populares, com acessos a emprego, educação e cuidado em saúde escassos ou de difícil concretização.

ser chamado de um “itinerário identitário” até conseguir se sentir “confortável” com alguma definição, o que não implica ainda um fim de percurso, mas sua construção biográfica apresentada de maneira ordenada (BOURDIEU, 1998). Ele narra:

[...] [tentei] de todas as formas ser o que eu era pra eu ser, tentei ser mulher, tentei gostar de homem. Tentei de todas as formas possíveis. Só que quando eu ficava com homens era uma experiência totalmente sem sentido. Era como se eu beijasse uma parede, um espelho, eu não sentia exatamente nada, literalmente nada. E isso foi me deixando muito frustrado, porque eu tentava de todas as formas. Eu, porra, eu ficava bem atraente aos olhos dos homens, e quando eu ia tentar ficar com um homem eu não sentia nada. [...] E foi quando eu fiquei com uma menina, foi completamente diferente. Assim, foi isso, eu fiquei muito perdido no que eu queria ser. [...]. Eu tentei, antes d'eu me encaixar, de tentar me enquadrar como lésbica *bofinho*, eu tentei ser uma mulher hétero *Cis*. No caso, mulher, só que não era pra mim. Não deu certo. Em momento nenhum eu me sentia confortável com as roupas que eu vestia, com o jeito que eu tentava me passar. Era tudo meio que uma fantasia, eu não estava sendo quem eu realmente era (Rodrigo, em entrevista, abr. 2015).

Como Rodrigo demonstra, há uma incompatibilidade entre o anúncio de ser homem trans e alguma matéria que o remeta a mulher e a lésbica. A heterossexualidade ligada ao não ser trans, ou ser cis⁸, como diz, mostra para si mesmo um desencaixe com as normas sociais. Atualmente, suas vivências anteriores são tomadas como irregularida-

⁸ Muito embora observe-se sua importância, discutir acerca das experiências afetivo-sexuais ou relacionadas ao desejo foge do escopo e espaço desse trabalho, devendo ser refletidas noutro momento.

des, “tentara ser mulher hétero”, “tentara ser mulher lésbica *bofinho*”, mas nenhuma destas duas categorias hoje são vistas como complacentes com sua subjetividade. Ele diria na mesma entrevista que:

Quando eu não sabia o que eu era, eu tentava me encaixar no que chamam de lésbica tipo bofinho, que é uma lésbica masculina, etc. Só que, é... [...]. Depois que eu fui passando a me entender no que eu era, eu acabava que tendo meio que raiva de quem me tratava no feminino. Eu não gostava mais do pronome “ela”. Desse “a”zinho no final, não me representava mais. E eu que acabei que fiquei juntando isso, juntando.... Queria achar resposta pra isso. Aí eu, ah, vi uns vídeos no YouTube sobre umas lésbicas bofinhos, “ah eu acho que eu sou isso aí”. Aí fui me entendendo como [elas]. Porque até então eu não sabia que eu era outra coisa. E fui, e foi passando o tempo, passando o tempo, só que eu acho que isso não durou [...], porque fui tudo como que digamos que, rápido. Aí, fui, fui me aceitando como lésbica bofinho, até que eu conheci o Francisco que mudou realmente a minha vida. Ter me descoberto homem trans mudou muito a minha vida [...] (Rodrigo, *em entrevista*, abr. 2015).

A noção de lésbica bofinho, que denota uma mulher masculina, é erigida na narrativa de Rodrigo para contrapor análises e construções biográficas sobre sua trajetória. E pode ser facilmente alinhada a uma explicação de sua construção enquanto *pessoa*. Não se trata, simplesmente, de um percurso que exponha dimensões sociais que levaram a tipos individuais que o unificariam (MAUSS, 2003). Quero chamar à atenção para a fluidez do que lhe constitui enquanto homem trans, de como a *pessoa* no seu relato biográfico não está fechada a uma perspectiva que escamoteia a transição que percorreu para o entendimento que tem hoje sobre si mesmo. Trata-se de perceber a dimensão de *pessoa social* e não um enclausuramento redutor de si mesmo enquanto transe-

xual, isto é, de perceber como essa parte de sua experiência de vida lhe traz elementos para pensar sua existência.

Seguindo uma crítica a Ávila (2014), André Guerreiro Oliveira (2015) não traz à baila uma masculinidade feminina para caracterizar as identidades reclamadas por homens trans. Oliveira (2015) demonstra como o termo “transhomem” levantado por Ávila obscurece as demandas desses sujeitos em face de uma consequente produção de uma terceira dimensão do gênero. O que podemos ver como uma exclusão do caráter de pessoa dos homens trans. Nesse sentido, mulheres lésbicas masculinas e homens trans não são comparáveis em aspectos identitários, nem àqueles que dizem respeito às experiências muito localizadas diante do saber-poder, nem da subjetividade – e muito menos do corpo, que há muito deixou de acabar na pele e de ser redutível ao nascimento (HARAWAY, 1995, 2009; BUTLER, 2003a).

Quando me relata haver diferenças de tratamento quando o viam como mulher e quando o veem como homem, Rodrigo demonstra que o uso do *binder*⁹ era uma importante tecnologia que lhe proporcionava sair mais confiante em público para viver sua identidade, embora desconfortável pela pressão que causa em seu peitoral. Via, portanto, diferenças na interação quando percebiam dualidades e lhe acusavam de não ser homem de verdade, como vigilantes das normas de gênero com ações e gestos sutis.

Ao que continua demonstrando como faz o uso do *binder* nesse contexto interacional:

Assim, quando eu comecei a usar o *binder* que disfarça os intrusos eu vi que as pessoas não me olhavam mais estranho. É bem diferente pra elas verem uma pessoa de cabelo curto, com

⁹ *Binder* (lê-se *bainder*) se refere a uma roupa que comprime o peitoral de modo a deixá-lo distante do formato de seios, há diferentes técnicas em sua confecção como envolver os intrusos em faixas de elástico ou ataduras de crepom, blusa compressora, etc. (REGO, 2015).

um corpo meio que normal, e de homem, e quando olhar essa pessoa ter peito. [...], a partir do momento que eu comecei a usar o *binder* e disfarçou bem, as pessoas não me olham mais estranho, me tratam como se eu fosse um homem comum. Não me perguntam, quando eu falo o nome social, não ficam com cara estranha. “Cara você realmente é?”. (Rodrigo, *em entrevista*, abr. 2015).

Rodrigo observa que apresentar uma dualidade expressiva de sua vivência de gênero encontrava reações violentas e discriminatórias, e impedia que os outros em interação lhe percebessem como homem. Os “intrusos” aí é um termo trazido à luz nas experiências de homens transexuais para se referir ao peitoral com formato de seios, os quais são considerados como partes intrusas em seus corpos. Elas implicam associações de gênero que não lhes correspondem subjetiva e objetivamente. Ele é um dos símbolos máximos de feminilidade e mulheridade que liga corpo a mulher nas atuações da maternidade com o aleitamento materno (BADINTER, 1985) e nas práticas sexuais quando é tido como esfera separada a ser erotizada no corpo (GARCIA, 2007). Nesse sentido, o peitoral no modo de seios se tornam intrusos, e essa relação e associação com essa parte do corpo demonstra a movimentação de enquadramentos dos corpos e gênero que podem ser decisivos para produzir violências e incompatibilidade expressiva entre o que é apresentado e demandando diante das normas de gênero.

Apesar de como estão colocados nestas teorias e conceitos que unem homens trans e mulheres lésbicas, Rodrigo demonstra, a exemplo de outros interlocutores com os quais obtive contato, que eles se colocam diante de suas vivências enquanto homens trans ou homens. Nenhum deles se vê como “fêmea”, “feminina” ou “mulher”, muito menos têm estas categorias completamente confirmadas através das experiências socialmente demarcadas. Quando antropologicamente falamos em “como eles se veem” não acionamos um substrato psicológico para justificar suas identidades, mas localiza-se suas experiências enquanto socialmente formuladas e inscritas em dinâmicas de poder diversas.

Apesar de suas posições de identidade poderem estar em crítica ao binarismo de gênero ou com foco binário, é interessante notar que o termo trans nem sempre foi acionado como uma forma de justificar o “homem”, mas também como uma política de reconhecimento de suas particularidades quanto a direitos humanos.

Assim, sua relação familiar a respeito da afirmação sobre ser lésbica na época que “achou” vivenciar essa identidade, Rodrigo afirma que não via como necessário – ao contrário do que sentiu necessidade ao contar para a avó, pais e tios sobre ser um “homem trans”. Isso seria explicado devido a ver esse momento anterior como um período de “confusão”, de quem nem ele mesmo “sabia quem era”. Ele continua e me explica seus motivos do porquê não contara para a sua família sobre suas angústias relacionadas a sua identidade:

Porque eu não tinha certeza do que eu era. Eu sabia... Como eu falei, eu pensei que poderia ser uma fase. Então eu não queria fazer esse tumulto todo na minha família e no final não ser nada assim tão, digamos, preocupante. Pra minha família, eles fazem tudo uma tempestade em copo d'água. Então, eu procurei me assumir mesmo quando eu tivesse certeza. Quando eu me enquadrava como lésbica bofinho eu não falei nada porque, primeiro, não era como eu me sentia. [...]. Então quando eu me achava que era isso, que é nada a ver, eu não falei pra minha família, não dei indícios de nada. Eu continuei eu mesmo, até porque eu não usava *binder*, eu vivia [...] como se nada tivesse acontecendo (Rodrigo, em *entrevista*, abr. 2015).

Rodrigo, de certo modo, apresenta a relação com sua família sobre sua identidade como uma dimensão que corrobora seu reclame por ser um homem trans. A substância “mulher” é colocada em sua narrativa como um aspecto que o deixava inquieto. Era e é, portanto, a dimensão que não o define, é aquilo que ele “não é”. Stuart Hall (2010) já demonstrou que o que compõe uma identidade também formula

aquilo que nega, que evidencia o que não faz parte dela. Por isso, o autor argumenta que a identidade é um espaço não resolvido, apesar de servir-se de uma lógica que assume um “verdadeiro si mesmo”. Quando o discurso da identidade logra um sujeito fixo, “proporcionando uma garantia de que mesmo que o mundo mude ele o faria lentamente”, “a identidade é um fundamento de ação” (HALL, 2010, p. 339, tradução nossa). Partindo ainda de Hall é que Bento (2006, p. 204) afirma serem as identidades “pontos de apegos temporários às posições-de-sujeito que as práticas discursivas constroem para nós”.

Esta narrativa recorrente entre parte dos homens trans, que constrói um percurso identitário, seja mostrando que em seu passado biográfico se vivenciou experiências publicamente como mulheres lésbicas, ou que assim se identificavam, desafia o entendimento corrente sobre identidade. Quero argumentar que essa narrativa que nega o que já foi vivenciado se constitui como uma política que expõe o que “não se é”, algo que nega para afirmar. Um negativo positivo. A negativa atual de uma antiga identidade de mulher lésbica só aparece como problemática quando se pensa que a identidade é um enunciado fixo e determinado previamente. Que o corpo é pré-discursivo ou que a mulheridade e lesbianidade seriam pontos naturais a serem apenas descobertos e tomados de consciência. Nesse sentido, Hall (2010) mostra que a identidade é como um tipo de “sutura” contingente, construída na estrutura de um contexto social e histórico. É por isso que o próprio autor situa a identidade como uma posição temporária e não-essencial. O que não é uma porta de entrada para afirmar que homens trans não vivenciam suas identidades “verdadeiramente” e que nada existe, portanto, de delimitado. Ou que deixarão de sê-lo porque teriam algo de mais transitório que os demais sujeitos. Mas de mostrar que qualquer identidade, seja ela de homem trans ou não, mulher trans ou não, e recortados por outros marcadores, não é um vislumbre do imóvel e do acabado. É antes situado historicamente, no passo da subjetividade socialmente estabelecida dos sujeitos em relação às posições que ocupam.

Berenice Bento (2006) argumentou que não haveria uma espécie de “identidade transexual” nos moldes de uma essência comum e recorrente, mas posições de identidade a partir de histórias comuns de experiência transexual. A autora, portanto, exorcizava a cristalização da identidade outorgada por Harry Benjamin e outros a respeito da sistematização da noção médica-psi de transexualidade. Essas pessoas, sujeitos de todo um processo de descoberta do próprio desencaixe entre gênero e corpo vivenciariam um tipo específico de experiência cujo fundamento foi construído ao longo de mais de um século no “Ocidente” com as noções de diferença sexual (BENTO, 2006) e desenvolvimento de técnicas cirúrgicas (RUBIN, 2003). Bento (*op. cit.*) referia-se pioneiramente, portanto, ao que chamara de *dispositivo da transexualidade*. Partindo de Michel Foucault (1988), e de seu dispositivo da sexualidade, a autora acabara por situar historicamente a construção da transexualidade como resultado de um determinado entendimento sobre o corpo e da produção de uma sociedade específica a ele ligado.

Mesmo que há quatorze anos Bento (2006) chegasse a conclusão de não haver uma “identidade” reclamada de maneira unívoca a respeito da transexualidade, é possível perceber que atualmente, conforme o ativismo cresce no Brasil e no exterior, há um foco cada vez mais evidente sobre a identidade – no âmbito da crítica social ou da teoria científica não se pode ficar refém do receio de assumir os fluxos que lhe competem, ao que não significa uma destituição da expressão que situa. Nesse sentido, Raewyn Connell (2012), em uma revisão teórica em que tenta aproximar mulheres transexuais e o pensamento feminista, critica enfaticamente ativistas trans que têm essencializado suas identidades. Para ela, isso poderá causar mais danos do que ganhos. Conclama, ao final de seu texto, a um retorno ao feminismo para que se possa entender a temática transexual em meios de alcançar muito mais uma política de justiça social do que de identidade. Seria este uma via estreita de acesso àquela? As fixidez são comumente acionadas quando das políticas de reconhecimento, entender isso é crucial para não criar um quadro negativo e acusatório paralisante. É possível construir uma crítica social

que não produza mais paralisias do que aquilo que aponta, cabendo deixar o campo aberto às vivências diversas das expressões de gênero. Sua negação serve à formação do poder, produz entraves oculares para perceber a diferença, e produz uma sociedade desigual e violenta.

Não apresento essas tensões teóricas e ativistas de modo binário, como se houvesse (ou precisasse haver) uma separação entre pensadores da teoria e militantes da vida concreta (BENTO, 2015). Cabe atentar às dimensões que conceitos podem reverberar em ditames que repetem as estrias do inato quando de sua aplicação indiscriminada e forçada, como é o caso da masculinidade feminina para se referir a homens trans.

Do porquê as “vaginas não pensam”

Emanuel (28 anos), morador da região sudeste do país, me surpreendeu quando em entrevista me falara ser as vaginas objetos não pensantes. No seu argumento, o corpo não o prende nem para ser homem nem para ser mulher. Ele diz propriamente que comparar homens trans e mulheres lésbicas é voltar ao escopo médico patologizante e de fundamento biológico que une biologia e normalidade. Ele continua:

Eu só conheço a Baubo, que é essa deusa que é uma vagina, que é uma vagina pensante. Todas as outras não tem essa função. Então por que que as pessoas continuam localizando na vagina e no pênis algum traço que define? Me parece que elas buscam esses resquícios (...). Me lembra muito um arqueólogo escavando alguma coisa, parece que elas querem ir a fundo para localizar uma verdade, né, bem lá à la Foucault, né?! Localizar a verdade no corpo. Então elas querem escavar, escavar e escavar e dizer: “não, está aqui, olha, tá vendo, tá vendo?! É, o cara tem uma vagina, então algo de feminino ele tem”! Porra, sabe, isso pra mim, é (...). A medicina já faz isso [...], ela tem conseguido manter essa história (Emanuel, *em entrevista*, jun. 2015).

Baubo, a quem Emanuel se refere, é uma deusa grega, representada como um rosto figurado na própria vagina até a extensão do torso (um corpo sem a cabeça). Segundo o mito, ela salva Deméter do desespero ao rir em sua direção com hinos obscenos, mostrando escandalosamente sua vagina. Em diferentes cultos rituais, a vagina (*yoni*) figura como mana, como pode ser entendida quando de sua explicação como “força feminina”, “geradora de energia”, “lugar sagrado”, etc. (MOOKERJEE *apud* LAPIDARIO, 2012, s/p., tradução nossa). Essa imagem mítica surge no discurso como um importante veículo para demonstrar que poderia se referir a própria vagina como algo de homem, masculino, virilizado, despoído de feminilidades universais. Essas experiências transexuais mostram como o corpo se situa em diferentes formas de engendrar gênero e sexualidade.

Emanuel não chega a fazer parte de nenhum coletivo de ativismo trans, embora tenha conhecimento de publicações na área de ciências humanas e da medicina. Cheguei a conhecê-lo por intermédio de amigos em comum, e demorei para propor-lhe uma entrevista para a pesquisa, embora tivéssemos muitas conversas sobre o tema da transexualidade e das teorias a esse respeito. Suas inquietações e críticas me deixavam ainda mais preocupado quanto a observação em campo, bem como da teoria auxiliar ao meu trabalho. É quando, em uma mesa de bar enquanto discutíamos temas bem diferentes destes, que me vem à mente a proposição de uma prisão dos homens trans em teorias erradas. Tratava de pensar suas experiências sem conformá-las a debates sobre outros sujeitos ou teorias que tomavam outros contextos sociais e históricos. As masculinidades femininas propostas como explicação para suas experiências menosprezam suas particularidades e limitam seu entendimento. O próprio conceito tem uma proposição universal (HALBERSTAM, 2011) que dentro do próprio grupo de mulheres lésbicas não tem capacidade totalizadora.

Em *Trapped in an wrong theory: rethinking trans oppression and resistance*, Talia Bettcher (2014) reflete sobre duas histórias disponíveis que explicam as experiências transexuais. São os modelos do corpo-er-

rado e além-do-binário, como chama. Seu objetivo é mostrar que o modelo “além-do-binário” erigido pelo paradigma transgênero (teoria construída por autores trans estadunidenses) para explicar as vivências trans, na verdade as aprisionaria. No final de seu texto ela afirma categoricamente que colocar teoricamente que homens e mulheres estão “entre” os binários por serem trans é partir da pressuposição destas categorias como predominantemente entendidas. É desconsiderar sentidos de mundo que podem aplicar estas categorias de diferentes maneiras, como é feito com “mulheres negras” – inclusive entre culturas distintas, para aplicar uma leitura de Marilyn Strathern (2006).

A crítica de Raewyn Connell (2012) se aproxima muito daquela realizada por Bettcher (2014). A “virada transgênero”, como Connell chama o período de surgimento e crescimento de uma perspectiva trans, acaba por configurar duas fortes dificuldades para a vida diária de mulheres trans – que podem ser extensivas aos homens trans. Primeiro que questões sociais importantes da vida ordinária não são representadas, como trabalho e emprego, natureza da transição, educação, etc. Segundo, porque essa excessiva preocupação sobre identidades não normativas ou transgressivas sobrecarregou as pessoas trans com uma imagem apenas de plásticas e maleáveis em relação ao gênero. Tendo feito com que se ignorasse, simplesmente, as localidades de gênero as quais estão dispostos.

Connell não chega a colocar a questão nos termos de Bettcher (2014), mas comunga com ela a assertiva de que o paradigma trans ocasionou uma invisibilidade de dimensões da vida de pessoas trans. A “teoria errada” a qual Bettcher alude se trata do modelo “além-do-binário”, no entanto, não se objetiva aqui enrijecer as explicações de múltiplas narrativas identitárias. Narrativas como a de João W. Nery (2011) em *Viagem Solitária: memórias de um transexual trinta anos depois* utiliza-se do modelo corpo-errado, por exemplo (cf. ÁVILA, 2014), e pode ser colocado como uma narrativa-mestre eficaz de sua geração.

Talia Bettcher (2014) aproxima-se de uma percepção que se distancia da perspectiva pós-estruturalista do gênero. Suas críticas a

essas teorias são “boas para pensar”. Enquanto mulheres e homens não trans são vistos em alguma medida como “construídos”, há um limite dessa construção. Segundo ela as pessoas trans são colocadas enquanto “construções” das construções. A narrativa do corpo-errado é levantada pela filósofa como uma explicação que satisfaz uma variada gama de pessoas transexuais, no entanto, homens trans interlocutores da pesquisa mostraram reclamar que, apesar de seus corpos serem em alguma medida equivocados, eles ainda são seus corpos tão biológicos quanto quaisquer outros.

A máxima de “homem biológico” para se referir a homens não-transexuais em contraposição a homens trans é rejeitada por eles, uma vez que também “há biologia nos seus corpos”. Atribuir mulheres lésbicas masculinas como pré-homens trans, ou homens trans como similares a mulheres masculinizadas é colocar a identidade com uma fixidez genital que deslegitima qualquer movimento, e põe o sexo no marco da natureza. O que realiza, nesse sentido, uma naturalização de fatores sociais e conceitos construídos nas Ciências Humanas¹⁰, escondendo sobre sua capa outra operação, a de uma genitalização das relações já observada por Berenice Bento (2009) na patologização da transexualidade no campo das ciências médico-psi.

Conflitos de fronteira

Ao descrever no final dos anos 1990 a efervescência do movimento LGBT nos Estados Unidos e sua imbricação identitária diferenciada, Halberstam nos dá importantes *insights* para pensarmos os paralelos realizados entre homens trans e mulheres lésbicas e seu rendimento teórico.

¹⁰ Algo muito similar ao descrito por Judith Butler (2003b) que argumenta, nesse sentido, que o conceito de família como disposição simbólica tomada como heterossexual foi naturalizado por filósofos franceses na defesa contra o "perigo simbólico" que se considera produzir as uniões homoafetivas para as sociedades.

Como a visibilidade da comunidade transexual cresce no final do Século XX nos Estados Unidos e, como transexuais de “mulher-para-homem” (*FTMs*) se tornam progressivamente mais visíveis junto à comunidade, questões sobre a viabilidade de identidades *butch* de mulheres *queer* se tornam cruciais e inevitáveis. *Transgender Butch* descreve uma forma de transição de gênero que pode ser crucial para pensarmos muitos sentidos de “incorporação” [*embodiment*] de *dykes gender-queer*, subjetividade sexual, e mesmo de legitimidade do gênero. Algumas lésbicas parecem ver *FTMs* como traidores do movimento “das mulheres” que foram para o lado do inimigo e se tornaram um deles. Alguns *FTMs* veem o feminismo lésbico como um discurso que os têm demonizados e a suas masculinidades. Algumas *butches* consideram que *FTMs* são *butches* que “acreditam em anatomia”, e alguns *FTMs* consideram que *butches* são *FTMs* que tem medo de transicionar. As fronteiras de guerra [*border wars*] entre *transgender butches* e *FTMs* parecem carregar a pressuposição, compartilhada por todos os lados, que a masculinidade é um recurso limitado, disponível apenas a poucos em quantidades diferentes e cada vez menores. (HALBERSTAM, 1998, p. 287, tradução nossa).

Algo que poderia saltar aos olhos de um leitor ou leitora brasileiros da leitura do trecho acima, extraído do artigo escrito por Judith Halberstam (1998), é a profusão de títulos de identidade, a maioria estranhos ao nosso contexto, que sem a familiarização ficariam de difícil entendimento. *Butch*, *dyke gender-queer*, *FTM*, *transgender butch*, lésbica, mulher. Numa tentativa de tradução longe de qualquer precisão, ao substituir os títulos singulares estadunidenses por possíveis correspon-

dentes brasileiros, poderíamos figurar que *butch* e *dyke gender-queer*¹¹ poderiam se referir a termos que denotam igualmente hipermasculinidade e lesbianidade em mulheres como “sapatão” e “caminhoneira”. Essas categorias brasileiras¹², como bem mostrado por Tânia Navarro-Swain (2000) são manejadas ora como acusação, ora como auto-identificação. Outros termos como “bofinho”, usado continuamente no contexto lésbico/gay/trans do Rio Grande do Norte, conforme observei, também poderia ser um exemplo (como usado pelos interlocutores).

Halberstam (1998) procura discutir com toda essa profusão de identidades, os limites que umas colocam às outras nas suas próprias definições, partindo da expressão “border wars” ditada por Henri Rubin (2003) a esse respeito. Trata-se, basicamente, de conflitos localizados historicamente, mas irradiados hoje em alguns contextos do feminismo. São os conflitos entre mulheres lésbicas e homens transexuais nos EUA dos anos 1980-1990, aos quais Halberstam e Rubin se referem como *female-to-male (FTM)*, como recorrente no meio dessa época.

A tensão se materializava porque homens trans, que outrora vivenciaram experiências entre lésbicas feministas, foram vistos por essas enquanto mulheres que as traíram. Teriam se tornado homens, os inimigos. Por outro lado, alguns homens trans consideravam que *butches* eram, na verdade, homens trans com medo de “saírem do armário”. Ambas as acusações podem ser vistas como fruto de uma intensa construção da figura da “mulher-identificada-como-mulher” pelo feminismo lésbico estadunidense que expulsou a masculinidade de qualquer validade feminista. Henri Rubin (2003) mostrou que essa criação tinha como objetivo possibilitar espaço no movimento para

¹¹ A filósofa Talia M. Bettcher (2014) explica que o termo *gender-queer* é usado nos EUA para designar pessoas que não vivem de acordo com normas de gênero estritas, de um modo não-binário.

¹² Peter Fry e Edward McRae (1981) citam termos como “fanchona” utilizados nos anos de 1980 (no contexto sul/sudeste do Brasil), para se referir a mulheres lésbicas “ativas” sexualmente e masculinas.

lésbicas, não vistas como sujeitos do feminismo por suas sexualidades pelas feministas heterossexuais. Isto é, antes desse momento “lésbicas” não eram mulheres – e não no sentido que Monique Wittig (1992) dá a expressão. Ser mulher e feminista, portanto, “não reprodutora de opressão machista”, era não ser de modo nenhum masculina ou não-binária quanto às práticas sexuais. Diferentemente, Bourcier e Molonier (2008) apontam que uma conduta feminizada de mulheres foi tomada entre ativistas como suspeita de submissão, o que localiza a fala dos autores numa França de Wittig.

Posicionando-se subjetivamente em seu principal trabalho sobre as masculinidades femininas, Halberstam (2008) se define como uma mulher masculina e *queer*¹³ (em substituição ao termo “lésbica”). Tendo adotado o uso do nome próprio “Jack”. A opção do autor por se posicionar demonstra o quanto sua teoria também está ligada às suas vivências (como estão todas) – ou seja, é socialmente informada. Sua escrita acerca das masculinidades femininas persegue, portanto, seu intento de fazê-las substituir o termo “lesbianidade” – que considera extremamente colonizador – numa pretensa universalidade para abarcar os termos referentes a tal orientação sexual em diferentes culturas (HALBERSTAM, 2011; NOBLE, 2004). Diante disso, uma vez que o termo não exclui o caráter de “mulher” da identidade, figura-se sua impossibilidade teórica de aplicação às experiências de homens trans no contexto brasileiro. Esses sujeitos, entre conhecedores ou não dessas teorias, expulsam qualquer menção identitária de “mulher” e de “lésbica”.

Essa problemática pode ser aludida quando se pensa a relação entre o exercício de estabelecer os homens trans como similares a lésbicas masculinas e o alcance do termo “transgênero” (*transgender*). A *butch* de Halberstam é transgênero, mas não é transexual, na mesma medida,

¹³ Judith Butler (2002) conceitua *queer, grosso modo*, como uma ofensa erigida contra pessoas de gêneros e sexualidades desviantes nos EUA, que tendo adotado o termo outrora ofensivo, o resignificaram em uma série de identidades e um arcabouço teórico para pensá-las.

seu *FTM* é transexual e é transgênero. Isto é, para a primeira, o trânsito do gênero desvinculado pretensamente da questão transexual, já para o segundo o trânsito do gênero porquê também do corpo e da identidade num pano de fundo definido. A isso advém, em grande medida, a amplitude explicativa que tomaram os termos “trans” e “transgênero” nos EUA, e que são utilizados para se referirem não somente a pessoas transexuais, mas a todas aquelas que transitam entre os gêneros masculino e feminino (VALENTINE, 2007).

Mulheres lésbicas masculinas (*butches*), homens trans (*transmen* ou *female-to-male transsexuals*), mulheres transexuais (*trans women*), pessoas “não-binárias” que reclamam não serem homens ou mulheres, *dragqueens*, *travestites*, bem como mulheres transgênero que não entrariam no escopo da transexualidade, mas se referem a pessoas identificadas ao nascer como homens são exemplos das possibilidades de alcance do termo em solo estadunidense. E a lista continua. O termo guarda-chuva (trans), como se costumou chamar no paradigma trans (BETTCHEER, 2014), tem tido um alcance muito maior nos EUA do que no Brasil, uma vez que englobou naquele país uma organização ativista em torno de uma identidade “transgênero” institucionalizada (VALENTINE, 2007).

No Brasil o termo transgênero não é unânime nem mesmo entre mulheres transexuais e travestis – como relatado pela ativista trans Daniela Andrade (2015), ao contrário do que se poderia supor. Embora seu uso seja crescente, de modo que não pode ser inferido nada sobre seu futuro, ele não tem alcançado até agora unanimidade entre mulheres lésbicas (masculinas ou não) no país, como o foi nos EUA. Aqui elas estão muito próximas de um feminismo lésbico de ordem a fazer reclamar a variedade de ser “mulher” (ALMEIDA E HEILBORN, 2008; NAVARRO-SWAIN, 2010, 2000). Não reivindicam o sufixo ou prefixo trans/transgênero às suas identidades. A categoria *transgender*, portanto, não detém o apelo identitário em solo brasileiro na medida que tem no eixo EUA-Europa (HINES, 2010). No entanto, em ações recentes do Ministério Público Federal (BARROSO, 2015), o termo tem sido usado

para englobar homens trans, travestis e mulheres transexuais e todas aqueles que tenham gênero tido como divergente ao corpo. Com isso, pode ser observado a abrangência política da categoria para unir todos aqueles que transitam entre os gêneros – mas que ainda pareça incluir mulheres lésbicas nem homens *gays* não-transexuais.

Notas finais

Entrando nos comentários finais, vale ressaltar que a comparação de mulheres lésbicas e homens trans recorre ao corpo e esquece dos processos históricos através dos quais estes sujeitos estão dispostos em “posições-de-identidade” e em relações estruturadas simbolicamente. Um modo de observar as particularidades de homens trans quanto a sua política identitária pode se dar através do exame da “transição” que narram dramaticamente vivenciar no acesso a transexualidade, seja no manejo corporal, seja nas construções identitárias para além do corpo. Essa experiência é crucial para narrarem suas trajetórias em direção à identidade de homem trans e a categoria homem. Por isso, os enunciados que evocam estarem “em transição” marca diretamente suas vidas de sofrimento com a imposição para serem “mulheres” heterossexuais ou “lésbicas”.

Nesse sentido, é possível observar que esse processo (corporalmente situado e não limitado) de “acesso”, “aceitação” e “assunção” de si mesmo enquanto alguém que existe como homem transexual marca de maneira central a transição para o gênero considerado oposto. O transicionar, isto é, esse itinerário identitário que percorrem e que não compete apenas aos manejos corporais, é melhor visualizado ao se compreender as dinâmicas envolvidas no acesso a identidade sociologicamente localizado. Isso porque os interlocutores enfaticamente descrevem que você pode ser uma pessoa trans, mas pode escolher por não transicionar corporalmente.

Assim, ao confrontarmos as tentativas aglutinadoras de noções como “masculinidades femininas”, cunhadas por Judith Jack Halberstam (1998), e masculinidade marginal e hegemônica, elaborado por

Raewyn Connell (1998), quando utilizados para formar uma teoria sobre o trânsito de gênero esbarra em nuances e experiências vividas difíceis de serem homogeneizadas.

Quando acontece um paralelo entre mulheres, de diferentes expressões de masculino, e homens transexuais, o elemento biológico tido como inato ressurgue como liga metálica da vida. A patologização da transexualidade, e sua aliada classificação ocidental do corpo dimórfico, como vimos, está estreitamente ligada a atuação das normas de gênero que requisitam corpos específicos e produzem situações de violências e de confronto sobre a posse de atributos não apenas masculinos, mas de homens. Sua construção ocidental é outro arcabouço a partir do qual pode ser concebida a ineficácia do paralelo das masculinidades femininas aqui situada. Evidentemente que os corpos são construídos socialmente, e por isso são capturados para classificar e separar pessoas, mesmo que a característica que aponte como baluarte não esteja pronta ao pensamento por sua natureza intrínseca.

Por isso que quando se pensa a vivência das masculinidades de homens trans por meio da categoria masculinidade marginal, a qual estaria em volta de outra masculinidade hegemônica e dominante dos sinais sobre o que é ser homem, desconsidera que sujeitos trans estão lidando sociologicamente com relações, ideias, e pessoas que se inserem em cenários classificatórios de ser mulher ou não. De modo que se defronta relacionalmente com acusações de uma ausência do qualificador homem por causa do nascimento não ter identificado uma genitália que se tem como compatível.

Por outro lado, não quero inferir que tais conceitos aqui examinados a luz das experiências transexuais não sirvam epistemologicamente para pensar outros sujeitos e relações, mas quero pontuar apenas o trabalho intelectual de atenção sobre as origens dos conceitos e sua elaboração teórica não poder ser deslocada do campo concreto – não porque uma “boa” teoria só o seja se assim o fizer, mas porque qualquer coisa que queira se valer desse título o precisa engendrar necessariamente.

A aplicabilidade dos conceitos aqui escrutinizados é muito diversa, mas seu manejo requer atenção porque as perspectivas que ligam lugares a noções sobre os outros não são amorfas e produtoras de oráculos. Implica que qualquer pesquisa científica, criticamente localizada, observe os vínculos que propicia certas alteridades, às quais são investidos análises e registro de suas interações. Esse investimento metodológico e epistemológico só terá valor se for realizado conforme os próprios termos com quem se estuda, produzindo uma relação que é a descrita no produto final da teoria. Essas duas partes devem ser observadas, descritas e tencionadas em conjunto, ou, de outro modo, como fazem as aplicações de masculinidades femininas às experiências de homens trans, se produz uma naturalização de conceitos socialmente informados.

Referências

- ALMEIDA, Gláucia e HEILBORN, Maria Luiza. Não somos mulheres gays: identidade lésbica na visão de ativistas brasileiras. *Revista Gênero*, Niterói, v. 9, n. 1, p. 225-249, 2008. Disponível em: <www.revistagenero.uff.br/index.php/revistagenero/article/download/102/78>. Acesso em out. 2015.
- ANDRADE, Daniela. *Sobre a matéria acerca de gênero da Revista Galileu*. [online]. Disponível em: <<https://goo.gl/CdYADP>>. Acesso em out. 2015.
- AULTMAN, B. Lee. Cisgender. *TSQ: Transgender Studies Quarterly*, Arizona, v. 1, n. 1-2, pp. 61-2, 2014. Disponível em: <<http://tsq.dukejournals.org/content/1/1-2/61.full>>. Acesso em fev. 2017.
- ÁVILA, Simone N. FTM, transhomem, homem trans, trans, homem: A emergência de transmasculinidades no Brasil contemporâneo. *Tese*. (Doutorado), Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2014, 243f.
- BADINTER, Elisabeth. *Um Amor conquistado: o mito do amor materno*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.
- BARROSO, Roberto. Procuradoria-Geral da República. *Parecer PGR n. 116706/2015 – ASJCIV/SAJ/PGR do Relator Ministro Roberto Barroso*.

Recurso Extraordinário 845.779 – SC. [online]. Disponível em: <<https://goo.gl/ZnoIYp>>. Acesso em: nov. 2015.

BENTO, Berenice. *A (re)invenção do corpo: gênero e sexualidades na experiência transexual*. Rio de Janeiro: Garamond, 2006.

BENTO, Berenice. Apresentação. In: COLLING, Leandro. *Que os outros sejam o normal: tensões entre movimento LGBT e ativismo queer*. Salvador: EDUFBA, 2015, pp. 13-20.

BENTO, Berenice. *O que é transexualidade*. São Paulo: Brasiliense, 2008.

BENTO, Berenice. A diferença que faz a diferença: corpo e subjetividade na transexualidade. *Bagoas – Revista de Estudos Gays: gênero e sexualidade*, Natal, n. 04, 2009, pp. 95-112. Disponível em: <<https://periodicos.ufrn.br/bagoas/article/view/2298>>. Acesso em nov. 2014.

BETTCHER, Talia M. “Trapped in the Wrong Theory”: Re-Thinking Trans Oppression and Resistance. *Journal of Women in Culture and Society*, Chicago, v. 39, n. 2, pp. 383-406, 2014. Disponível em: <www.jstor.org/stable/10.1086/673088>. Acesso em out. 2015.

BOURCIER, Marie-Hélène e MOLINIER, Pascale. Introduction: les fleurs du mâle: masculinités sans hommes? *Cahiers du genre*, Paris, n. 45, pp. 5-14, 2008. Disponível em: <http://cahiers_du_genre.pouchet.cnrs.fr/FichesNumeros/numero45.html>. Acesso em out. 2014.

BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: FERREIRA, Marieta; AMADO, Janaína (Orgs.). *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: FGV, 1998.

BOTT, Elizabeth. *Família e rede social*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1976.

BUTLER, Judith. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003a.

BUTLER, Judith. O parentesco é sempre tido como heterossexual? *Cadernos Pagu*, (21), pp. 219-260, 2003b. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/cpa/n21/n21a10.pdf>>. Acesso em out. 2014.

BUTLER, Judith. A cerca del termino queer. In: *Cuerpos que Importan: sobre los limites materiales y discursivos del “sexo”*. Buenos Aires: Paidós, 2002, pp. 313-339.

- CONNELL, Raewyn. *Masculinidades*. Cidade del Mexico: UAM, 1998.
- CONNELL, Raewyn. Transsexual Women and Feminist Thought: Toward New Understanding and New Politics. *Signs: Journal of Women in Culture and Society*, Boston, v. 37, n. 4, pp. 857-881, 2012. Disponível em: <<http://www.journals.uchicago.edu/doi/pdfplus/10.1086/664478>>. Acesso em out. 2015.
- CROMWELL, Jason. Queering The Binaries: Transsituated identities, bodies, and sexualities. In: STRYKER, Susan e WHITTLE, Stephen (Ed.). *The Transgender Reader*. Routledge: New York, 2006, pp. 509-520.
- FONSECA, Claudia. O anonimato e o texto antropológico: dilemas éticos e políticos da etnografia “em casa”. In: SCHUCH, Patrice; VIEIRA, Miriam e PETERS, Roberta (Orgs). *Experiências, dilemas e desafios do fazer etnográfico contemporâneo*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2010.
- FISCHER, Michael. Etnografia renovável: seis etnográficos e labirintos no caminho da teoria. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, v. 15, n. 32, 2009. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/ha/v15n32/v15n32a02.pdf>>. Acesso em jan. 2017.
- GARCIA, Olga R. Z. Sexualidades femininas e prazer sexual: uma abordagem de gênero. *Tese* (Doutorado), Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2007.
- GOLDMAN, Marcio. Alteridade e experiência: antropologia e teoria etnográfica. *Etnográfica*, Lisboa, v. 10, n. 1, pp. 161-173, 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.mec.pt/pdf/etn/v10n1/v10n1a08.pdf>>. Acesso em out. 2014.
- GREEN, Jamison. Part of the package. Ideas of masculinity among male-identified transpeople. *Men and Masculinity*, v. 7, n. 3, pp. 291-299, 2005. Disponível em: <http://www.transcentralpa.org/_content/downloads/Jamison_Green-ArticleMen_and_Masculinity.pdf>. Acesso em out. 2015.
- GUERREIRO OLIVEIRA, André L. “Somos quem podemos ser”: os homens (trans) brasileiros e o discurso pela (des)patologização da

transexualidade. *Dissertação* (Mestrado), Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2015, 168f.

HALBERSTAM, Judith. *Masculinidad femenina*. Barcelona/Madrid: Egales Editorial, 2008.

HALBERSTAM, Judith. Masculinidades femininas globais. In: PEDRO, Joana M.; AREND, Silvia M. F.; RIAL, Carmen (Orgs.). *Fronteiras de gênero*. Florianópolis: Ed. Mulheres, 2011, pp. 227-236.

HALBERSTAM, Judith Jack. Transgender Butch: Butch/FTM Border Wars and the Masculine Continuum. *GLQ: A Journal of Lesbian and Gay Studies*, v. 4, n. 2, pp. 287-310, 1998. Disponível em: <glq.dukejournals.org/content/4/2/287.full.pdf+html>. Acesso em set. 2015.

HALL, Stuart. *Sin garantías: trayectorias y problemáticas em estudios culturales*. Popayán, Colombia: Enviñon Editores, 2010.

HARAWAY, Donna. *Ciencia, cyborgs y mujeres: la reinención de la naturaleza*. Valência/Madrid: Ediciones Cátedra, 1995.

HARAWAY, Donna. Manifesto ciborgue: ciência, tecnologia e feminismo-sociolista no final do século XX. In: TADEU, Tomaz. (Org.). *Antropologia do ciborgue: as vertigens do pós-humano*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2009, pp. 33-118.

HINES, Sally. Introduction. In: HINES, Sally; SANGER, Tam. (Eds.). *Transgender Identities. Towards a social analysis of gender diversity*. London: Routledge, 2010, pp. 1-24.

LAPIDARIO, Josep. *La vulva es bella: de la vagina dentata a la adoración del yoni*. *JodDwon*, dez. 2012. [online]. Disponível em: <<https://goo.gl/st6NNN>>. Acesso em: 29 out. 2015.

MALIGHETTI, Roberto. Etnografia e trabalho de campo: autor, autoridade e autorização de discursos. *Caderno Pós Ciências Sociais*, São Luís, v. 1, n. 1, 2004. Disponível em: <<http://www.periodicos eletronicos.ufma.br/index.php/rpcsoc/article/view/202>>. Acesso em mar. 2017.

MAUSS, Marcel. Uma categoria do espírito humano: a noção de pessoa, a de “eu”. In: *Sociologia e Antropologia*. São Paulo: Cosac Naify, 2003, pp. 367-398.

NAVARRO-SWAIN, Tânia. Desfazendo o “natural”: a heterossexualidade compulsória e o continuum lesbiano. *Bagoas - Revista de Estudos Gays: gênero e sexualidade*, Natal, n. 05, pp. 45-55, 2010. Disponível em: <<https://periodicos.ufrn.br/bagoas/article/view/2310>>. Acesso em out. 2015.

NAVARRO-SWAIN, Tania. *O que é lesbianismo*. São Paulo: Brasiliense, 2000.

NERY, João. *Viagem Solitária – Memórias de um transexual trinta anos depois*. São Paulo: Leya, 2011.

NOBLE, Jean Bobby. *Masculinity without men? Female masculinity in Twentieth-Century Fictions*. Toronto/Vancouver: UBC Press, 2004.

PEIRANO, Mariza. Etnografia não é método. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, ano 20, n. 42, p. 377-391, 2014. Disponível em: <www.scielo.br/pdf/ha/v20n42/15.pdf>. Acesso em out. 2016.

REGO, Francisco Cleiton V. S. Viver e esperar viver: corpo e identidade na transição de gênero de homens trans. *Dissertação* (Mestrado), Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2015, 198f.

REGO, Francisco C. V. S. “Parentesco e “Itinerários terapêuticos”: homens trans e a ‘disforia de gênero’”. In: *Anais do IV Seminário dos Alunos do PPGAS do Museu Nacional/UFRJ: Diálogos entre campos e saberes*, Rio de Janeiro, pp. 1-20, 2016. Disponível em: <<https://goo.gl/5s4f1f>>. Acesso em fev. 2017.

RUBIN, Henry. *Self-Made Men: Identity Men and Embodiment among transmen*. Nashville: Vanderbilt University Press, 2003.

FOUCAULT, Michel. *História da Sexualidade, vol. 1: a vontade de saber*. Rio de Janeiro: Grall, 1988.

FRY, Peter e MCRAE, Edward. *O que é homossexualidade*. Rio de Janeiro: Brasiliense, 1981.

SOUZA FILHO, Alípio de. Por uma teoria construcionista crítica. *Bagoas - Revista de estudos gays: gênero e sexualidade*, Natal, v.1, n. 1, pp. 1-34, 2007. Disponível em: <<https://periodicos.ufrn.br/bagoas/article/view/2251>>. Acesso em jan. 2016.

STRATHERN, Marilyn. *O Gênero da Dádiva: problemas com mulheres e problemas com a sociedade na Melanésia*. Campinas: UNICAMP, 2006.

TEIXEIRA, Flávia do B. Vidas que desafiam corpos e sonhos: uma etnografia do construir-se outro no gênero e na sexualidade. *Tese*. (Doutorado), Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2009, 243f.

VALENTINE, David. *Imagining Transgender: an ethnography of a category*. Durham, NC: Duke University Press, 2007.

WITTIG, Monique. *O pensamento hétero. s/c: s/e*, 1992. [1980]. [online]. Disponível em: <<https://goo.gl/jfazyQ>>. Acesso em fev. 2012.